

# Área do porto de Vitória será arrendada a empresa

Brasília — Os editais de privatização dos primeiros quatro portos brasileiros deverão ser publicados na próxima semana. A partir dos editais, os quatro portos (Itajaí e Laguna, em Santa Catarina; Cabedelo, na Paraíba; e Porto Velho, em Rondônia) levarão cerca de 120 dias, segundo avaliações do Ministério dos Transportes, para que sejam escolhidos os grupos que vão explorá-los.

A escolha destes portos para marcar o início do processo de privatização das atividades portuárias no Brasil se deu em razão da grande demanda de empresas privadas interessadas em assumir a exploração. Ao todo o Brasil tem 84 portos, entre marítimos e fluviais, considerando também aqueles de instalações rudimentares.

Pelo planejamento do Ministério dos Transportes, apenas

nove portos (Belém, Itaqui, no Maranhão, Fortaleza, Salvador, Vitória e Praia Mole, no Espírito Santo, Rio de Janeiro e Sepetiba, no Rio, e Santos) ficarão sob controle da União, através das Companhias Docas.

Fontes do Ministério dos Transportes informaram que a privatização das atividades portuárias garantirá recursos para a modernização dos portos e citam números que revelam a incapacidade financeira do Governo em continuar investindo nos portos.

Conforme os números, há nos diversos portos brasileiros obras paralisadas que necessitam de cerca de US\$ 1 bilhão para serem concluídas. Entretanto, neste ano, por exemplo, o Governo está destinando apenas cerca de US\$ 60 milhões para estas obras.



Foto de Chico Guedes

O porto de Vitória ficará sob controle da União, através da Codesa, mas terá área arrendada a grupo privado

## CR Almeida vai à concordata

Curitiba — A CR Almeida S.A. — Engenharia e Construções, líder de seu setor e segunda maior empresa de capital privado nacional, pediu concordata preventiva, com uma dívida de US\$ 35 milhões, na Segunda Vara de Falências e Concordatas de Curitiba. O juiz Leônidas Silva Filho acatou o pedido na última sexta-feira, mas apenas ontem — após o feriado prolongado — a informação se espalhou nos meios empresariais e políticos do Paraná. A empresa não apresentou a relação de credores, mas acusou diretamente o sistema financeiro e os governos (federal, estaduais e municipais).